

102 restrição à navegação ou se reduz os níveis atuais de geração. Dr. Demétrius, do Ministério
103 da Integração Nacional colocou que no caso do uso da água é possível aprofundar o
104 trabalho a fim de compartilhar os usos. Em seguida, o Presidente, Dr. Marcos Freitas
105 apresentou o Dr. Guilherme Lima Paes, do Departamento de Hidrovias- MT, que falou
106 sobre os procedimentos inter-relacionados ao uso de recursos hídricos, (Anexo 3),
107 destacando que o Ministério dos Transportes não dá outorga mas apenas autoriza
108 particulares a explorar o transporte hidroviário de competência da União. Após a realização
109 dos debates, Dr. Marcos Freitas apresentou o Dr. Enéas Machado para apresentar os
110 procedimentos relacionados a outorga no Estado do Paraná. Dr. Enéas comentou que o
111 Estado do Paraná está reformulando o Sistema de Gestão de Recursos Hídricos e a
112 SUDERHSA contratou uma consultoria para elaborar proposta de decreto sobre outorga no
113 estado do Paraná. Apresentou o Dr. Carlos que fez a apresentação, (Anexo 4), sobre a
114 proposta de decreto. Após debates foi solicitada uma pausa para almoço. No retorno, a
115 relatora assumiu a coordenação da Reunião e apresentou o Dr. Roberto Monteiro que fez a
116 apresentação sobre os procedimentos de outorga na Secretaria de Recursos Hídricos do
117 Ministério do Meio Ambiente. Dr. Roberto enfocou principalmente a questão de regulação
118 de procedimentos. Após os debates, os membros da Câmara Técnica acordaram a
119 transferência da apresentação do IBAMA para a 3ª Reunião desta Câmara Técnica e
120 incluídas as apresentações dos procedimentos de integração de ações de outorga e
121 regulação pelo DNPM, dos Estados de Minas Gerais, Ceará e Bahia e a data será no dia
122 19/09/2000 com início previsto às 10:00 hs e término às 17:00 hs, cuja pauta seria:

123 1 – Abertura;

124 2 – Leitura e aprovação das Atas da 1ª e 2ª reuniões;

125 3 – Apresentação dos procedimentos inter-relacionados a outorga:

- 126 • IBAMA;
- 127 • DNPM;
- 128 • Estado de Minas Gerais;
- 129 • Estado do Ceará;
- 130 • Estado da Bahia.

131 4 – Análise da Proposta de Resolução de Diretrizes para Outorga, em tramitação na Câmara
132 Técnica para Assuntos Legais e Institucionais;

133 5 – Plano de Trabalho;

134 6 – Assuntos Gerais.

135

136

137

138 Marcos Freitas

139 Presidente

Diane Mara F. Varanda Rangel

Relatora

55 trabalhar emperrando o cotidiano da Agência Nacional de Águas – ANA. Dr. Roberto
56 Monteiro discordou e enfatizou que o papel desta Câmara Técnica é discutir e propor as
57 grandes diretrizes relacionadas às competências desta Câmara e às questões direcionadas
58 pelo CNRH. Dr. Roberto Monteiro falou da experiência do CONAMA e que os Conselhos
59 Nacionais não trabalham nos procedimentos mais comuns do dia a dia mas sim em critérios
60 e diretrizes nacionais. Dra. Leila reforçou a fala do Dr. Roberto Monteiro dizendo que uma
61 resolução do CNRH não é uma Instrução Normativa mas trata de critérios gerais e
62 diretrizes que sirvam a toda a Nação. Dr. Marcos colocou que há apenas diferença de
63 discurso mas que não existem diferenças conceituais básicas, portanto passou para o
64 próximo ponto da pauta. Dr. Marcos apresentou a Dra. Leila que fez a apresentação dos
65 procedimentos inter-relacionados a outorga no Estado de São Paulo. Após a apresentação,
66 dando seguimento a pauta, Dr. Marcos apresentou o Dr. Diógenes Mortari que fez a
67 apresentação de procedimentos inter-relacionados a outorga da Agência Nacional de
68 Energia Elétrica – ANEEL (Anexo 1). Após a apresentação, Dr. Diógenes colocou que é
69 necessário discutir e instrumentalizar o setor de energia quanto à outorga prévia, se esta é
70 no fim do inventário ou do estudo de viabilidade. Questionou também, se a outorga
71 (definitiva) é à época do projeto básico ou na fase executiva. Dra. Martha complementou
72 apresentando uma figura que mostra o grau de articulação (meio ambiente, recursos
73 hídricos e setor elétrico) ao longo do processo de estudo de uma usina hidrelétrica (Anexo
74 2). Na sequência comentou sobre o entendimento de que a outorga preventiva não vale para
75 o setor elétrico. Esses dois assuntos foram encaminhados ao MMA e MME junto com as
76 questões relacionadas ao PL de criação da ANA, em janeiro, comentando que a COPEL
77 está aberta a comentários à respeito. Dr. Roberto Monteiro colocou que pelo entendimento
78 dele, pela Lei da ANA, a reserva hídrica é para o setor elétrico. A Dra. Martha comentou
79 que falta uma definição que tipo de outorga será dada ao usuário do setor de
80 hidreletricidade, após a aprovação do estudo de inventário e viabilidade. Comentou ainda
81 que o estudo do inventário deve ser internalizado no Plano de Bacia. Dr. Antônio Martins
82 questionou a diferença entre a outorga preventiva e a reserva de disponibilidade hídrica. Dr.
83 Marcos colocou que foi criada a figura de reserva de disponibilidade hídrica para que não
84 haja dupla outorga. Dra. Leila comentou que no final vai haver a dupla outorga mesmo,
85 uma para geração e outra pelo uso, mas a regulamentação é que irá definir a diferença
86 porque a função será a mesma. Dr. Roberto Monteiro colocou que ao trabalharmos a
87 Resolução de diretrizes para outorga poder-se-ia analisar as inter-relações. Dr. Alex (SRH-
88 BA), falou que o processo de gestão dos recursos hídricos tem três instâncias: Política,
89 Planejamento e Gerenciamento. Dentro dos Planos (Planejamento) deve-se considerar os
90 princípios da política. Neste ponto deve haver uma articulação da ANEEL com os Estados
91 e União solicitando que se considere nos planos as reservas para geração, se for o caso. Dr.
92 Roberto Monteiro comentou que serão os planos da bacia o instrumento que irá internalizar
93 os usos e planos de desenvolvimento e que, ao ser aprovado, estará estabelecido o pacto
94 social. Dr. Diógenes questionou como irá licitar as usinas em bacias que não têm planos de
95 bacia prontos. Dr. Roberto Monteiro informou que a forma de trabalhar será considerar
96 todos usos implantados e previstos na bacia e consultar ao comitê da respectiva bacia ou ao
97 órgão gestor da área de influência do projeto. O Conselheiro Di Bella colocou que está se
98 falando muito na fase de planejamento mas os conflitos estão ocorrendo *a posteriori*, pois
99 há problema de gerenciamento das vazões mínimas para garantir o transporte hidroviário.
100 Dr. Diógenes comentou que estamos enfrentando uma fase em que se torna necessário
101 discutir a manutenção da geração de energia nos níveis atuais de produção e aí haverá

1 **ATA DA 2ª REUNIÃO DA CÂMARA TÉCNICA DE INTEGRAÇÃO DE**
2 **PROCEDIMENTOS, AÇÕES DE OUTORGA E AÇÕES REGULADORAS,**
3 **REALIZADA NA SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS, EM BRASÍLIA.**

4
5
6 **DATA:** 11/08/2000 **Início:** 10:15 horas **Término:** 17:43 horas

7
8 **PARTICIPANTES:**

9 Ministério do Meio Ambiente - Representante: Roberto Alves Monteiro (**roberto.monteiro@mma.gov.br**)

10 Ministério dos Transportes - Representantes: Guilherme de Lima Paes

11 (**guilherme.paes@transportes.gov.br**) e Rosângela Lago (**rosangelalago@aneel.gov.br**)

12 Conselho Estadual Região Sul - Representante: Rejane Beatriz de Abreu e Silva de Lima

13 (**rejanebs@zaz.com.br**)

14 Conselho Estadual de São Paulo - Representante : Leila Carvalho Gomes (**lgomes@sp.gov.br**)

15 Setor Hidroviário – ABANI: José Di Bella Filho (**dibella@ulbra-to.br**)

16 ANEEL: Marcos Aurélio Vasconcelos Freitas (**mfreitas@aneel.gov.br**) e

17 Diógenes Mortari (representando Dra. Rosângela Lago) (**diogenes@aneel.gov.br**)

18 Conselho Estadual Região Sudeste - Representante: Leila Carvalho Gomes (**lgomes@sp.gov.br**)

19 Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas: Maria Aparecida Borges

20 Pimentel Vargas (**vargasma@zaz.com.br**)

21
22 **CONVIDADOS:**

23 Demétrios Christofidis (**dchristofidis@bol.com.br**)

24 Leonardo Mitre Alvim de Castro (**leonardo@igam.mg.gov.br**)

25 Antônio Martins da Costa (**martins@srh.ce.gov.br**)

26 Secretaria de Infra-estrutura – SRH/BA : Alex Gama de Santana (**alex@srh.ba.gov.br**)

27 Wilson Fernandes de Paula – ANEEL – SPH (**wilson@aneel.gov.br**)

28 Diogenes Mortari (**diogenes@aneel.gov.br**)

29 Carlos Alberto A. O. Pereira (**cobrspe@dialalata.com.br**)

30 Enéas Souza Machado (**eneas@pr.gov.br**)

31 Simone K. Sabbag (**ssabbag@sede.ibama.gov.br**)

32 Derlei L. Rosado (**lderlei@sede.ibama.gov.br**)

33 Carlos Rodrigues da Costa - DNPM (**dagomea@dnpm.gov.br**)

34 Maria Salete Gobalchini - FEPAM/RS (**msalete@postoweb.com.br**)

35 Luiz de Sousa Cavalcanti (**luiz.cavalcanti@transportes.gov.br**)

36 Maria Bebiana Castanho – MT / STA / DHI (**mauri.lima@transportes.gov.br**)

37 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico: Carlos Oiti Berbem (**oiti@cnpq.br**)

38 Conselho Estadual de Recursos Hídricos de São Paulo: Anicia Aparecida Pio(**apio@sp.gov.br**)

39 Ministério da Fazenda: (**maufleury@fazenda.gov.br**)

40 Ministério de Minas e Energia: Benedito E. Barbosa Pereira (**bebarbos.tln@terra.com.br**)

41 Concessionárias e Autorizadas de Geração de Energia Hidrelétrica: Martha Von Borstel Sugai

42 (**martha@mail.copel.br**)

43 Secretaria de Meio Ambiente do Distrito Federal: Érico Vieira (**dolabell@brnet.com.br**)

44 Jerson Kelman – MMA (**kelman@planalto.gov.br**)

45
46 **RELATORA:**

47 Diane Mara Ferreira Varanda Rangel - SRH (**diane.rangel@mma.gov.br**)

48
49 **ASSUNTOS DISCUTIDOS:**

50
51 Dr. Marcos Freitas abriu a reunião agradecendo a presença de todos. A seguir questionou se
52 havia proposta de inversão de pauta. Não havendo, passou a leitura da Ata da 1ª Reunião,
53 na qual foram realizadas as correções. Entretanto a aprovação ficou para a próxima reunião
54 com o texto corrigido. Dr. Marcos destacou que esta Câmara deve ter o cuidado de não